

Agentes de mudança e acção não-violenta*

Por Hardy Merriman

A acção não-violenta é uma forma de as pessoas comuns lutarem pelos seus direitos, pela liberdade e pela justiça. É frequentemente associada à não-violência moral ou ética, mas abordá-la-ei aqui como um fenómeno distinto, desligado de quaisquer fundamentos morais ou éticos, a fim de explicar de que forma funciona enquanto método pragmático de exercer influência num conflito.

A acção não-violenta baseia-se no entendimento de que o poder numa sociedade resulta, em última análise, do consentimento e obediência do povo. Em contraste, a visão dominante é que o poder numa sociedade está intrinsecamente alicerçado naqueles que concentram a riqueza e possuem maior capacidade para a violência. No entanto, tal como a economia é um subsistema da biosfera – e, por conseguinte, se rege, em última instância, pelas leis da biosfera – também os sistemas de poder que se baseiam aparentemente na violência e no dinheiro são, na verdade, subsistemas dos padrões de comportamento e obediência mais alargados de milhares de milhões de pessoas. Se essas pessoas reorientarem as suas lealdades, comportamentos e obediência, o equilíbrio de poder numa sociedade e no mundo altera-se. Dito de forma mais simples, se as pessoas não obedecerem, os dirigentes ou as empresas não podem governar.

Deste modo, a acção não-violenta exerce poder, criando mudanças nos padrões de lealdade, comportamento e obediência das pessoas a nível colectivo. Tal pode ocorrer de forma drástica, como foi o caso, por exemplo, durante a Luta pela Independência da Índia, no Movimento dos Direitos Civis nos EUA, em diversas lutas laborais

(designadamente, no movimento Unitário dos Trabalhadores Agrícolas, em meados da década de 1960) e na derrocada de Ferdinand Marcos (1986), de Augusto Pinochet (1988), do apartheid, na África do Sul (nas décadas de 1980 e 1990), de Slobodan Milosevic (2000) e do regime autoritário na Ucrânia (2004). Por outro lado, a mudança pode acontecer mais lentamente, como nos casos em que as pessoas decidem fazer as suas compras em estabelecimentos locais, boicotar um produto ou trabalhar no sentido de desenvolver instituições e economias alternativas. Independentemente da miríade de métodos e manifestações que assumem, todos os actos de não-violência pertencem a uma de três categorias: actos de comissão – isto é, as pessoas fazem coisas que não se espera, imagina ou permite que façam; actos de omissão – isto é, as pessoas não fazem coisas que se espera, imagina ou pretende que façam; ou uma combinação de actos de comissão e omissão.¹

É importante, para promover mudanças nos padrões de obediência e comportamento das pessoas, compreender por que razão estas, desde logo, obedecem e se comportam da maneira como se comportam. As razões diferem de sociedade para sociedade, mas duas das mais frequentes com que deparo no meu trabalho com activistas e organizadores em todo o mundo para a obediência das pessoas prendem-se com o facto de estas sentirem que não existe alternativa para o seu comportamento e de não acreditarem que as suas acções podem marcar a diferença. Muitas pessoas esqueceram-se de que são as verdadeiras detentoras do poder na sua sociedade. Naturalmente, a educação formal, as empresas, os governos e a comunicação social reforçam a narrativa de que o poder reside no reduzido número de

¹ Gene Sharp, Travando uma Luta Não-Violenta: Práticas do Século XX e Potencial para o Século XXI, (Boston, MA: Porter Sargent Publishers), 2005, página 547.

indivíduos num edifício governamental ou na sede de uma empresa e de que o dinheiro e as armas (de que têm o monopólio) constituem a maior fonte de poderio. Esta narrativa serve os seus propósitos na perfeição. No entanto, os movimentos não-violentos ao longo da história despertaram as pessoas para o facto de que, através das suas acções colectivas, as pessoas que se organizam em torno de uma visão comum e actuam de forma estratégica são muito mais fortes do que os exércitos e o dinheiro. Qualquer movimento de base contemporâneo que pretenda ser bem-sucedido deve ter em conta este aspecto e fazer da chamada de atenção das pessoas para o poder que possuem um ponto central da sua retórica.

Levando esta questão um pouco mais longe, os movimentos bem-sucedidos não só dizem às pessoas que elas são poderosas como demonstram o seu poder, definindo objectivos claros e atingíveis e documentando e publicitando as suas vitórias. As vitórias, em si, podem ser limitadas, mas o seu impacto na mobilização das pessoas pode ser extraordinário. Por exemplo, o Movimento dos Direitos Civis nos EUA concentrou os seus esforços na eliminação da segregação nos autocarros em Montgomery, Alabama, em 1955-56, e na eliminação da segregação nos balcões de restaurantes em Nashville, em 1960. O Movimento de Independência da Índia orientou a sua acção para a obtenção de concessões dos ingleses no âmbito das Leis do Sal e de outra legislação em 1930-31. Uma vez alcançados, estes objectivos eram limitados em relação à tarefa gigantesca de pôr fim à segregação em todo o sul dos Estados Unidos da América ou de conquistar a independência na Índia. Mas o seu verdadeiro impacto residiu no efeito catalisador que tiveram sobre os próprios movimentos. Estes triunfos mostraram às pessoas que as suas acções eram importantes e que podiam fazer a diferença, o que resultou em apoio e mobilização significativamente maiores e catapultou estes movimentos para primeiro plano, tanto a nível nacional como internacional.

Estes objectivos não foram alcançados simplesmente porque o Movimento dos Direitos Civis nos EUA ou o Movimento de Independência da Índia ocupava um patamar superior de moralidade. Foram alcançados também graças a um trabalho árduo, à criatividade e a uma sagaz análise política. O que é válido para toda a acção não-violenta. Contudo, muitos esquecem este facto e partem do princípio de que a acção não-violenta consiste principalmente em protestos públicos, expressões de indignação e imperativos morais, ou que o seu sucesso depende de um líder carismático ou de uma espécie de poder místico. Não é assim. Por outro lado, também não requer pessoas ideologicamente comprometidas com o pacifismo ou a não-violência ética. O que requer, isso sim, é uma visão inclusiva que una as pessoas, um planeamento estratégico sólido, comunicações públicas eficazes e a identificação de métodos adequados à situação. Não existe uma fórmula única – a acção não-violenta é específica do lugar. Embora os princípios que a regem, como o facto de o poder se basear no consentimento e na obediência, sejam constantes em todas as lutas, a sua aplicação depende do contexto e das especificidades de uma determinada sociedade. Quer se manifeste como uma acção pública ousada ou como mudanças subtis dos hábitos de compra, ou ambos (a maioria dos movimentos inclui uma grande variedade de táticas concebidas para serem aplicadas por pessoas com diferentes níveis de envolvimento), proporciona uma forma de as pessoas utilizarem ou criarem espaço político na sua sociedade a partir do qual possam extrair concessões de um adversário entrincheirado.

Felizmente, tem sido realizado muito trabalho intelectual, investigação e comunicação sobre a forma como as pessoas podem utilizar, e têm historicamente utilizado, a acção não-violenta para alcançar grandes resultados. A procura deste conhecimento tem vindo a aumentar entre aqueles que reconhecem o poder e o potencial que a acção não-violenta encerra. Não se trata de um assunto que se leia na maioria dos jornais nem

se encontram muitos políticos que falem sobre ele, mas se falarem com organizadores populares de base e membros da sociedade civil em todo o mundo, eles dir-vos-ão isso mesmo, porque reconhecem que os agentes de mudança são as pessoas numa sociedade e que a mudança estrutural é construída a partir da base. Não estão à espera que alguém as lidere porque compreendem que, na sua maioria, os dirigentes governamentais e empresariais não tomarão a iniciativa para proceder correctamente, se as suas populações forem indiferentes e desconhecerem os meios de os responsabilizarem. Assim, as pessoas em todo o mundo encaram cada vez mais a acção não-violenta (que devem utilizar em conjunto com o voto, o sistema jurídico ou outros meios tradicionais de implementar a mudança) como uma forma pragmática de capacitar as suas comunidades para conquistarem os direitos humanos, a liberdade, a justiça, a transparência, os direitos das mulheres, dos povos indígenas e das minorias e a protecção do ambiente. Independentemente do objectivo para o qual a acção não-violenta é utilizada, a condição prévia que lhe subjaz é a mesma: uma reformulação do conceito de poder na mente das pessoas. A partilha deste conhecimento e o despertar das pessoas para o poder que detêm constituem tarefas essenciais na mudança do destino da humanidade.